

Os Caminhos da Revolução: uma análise comparada entre as estratégias Comunistas do PCB e do PCCh no tempo das “Frentes Populares” (1930)

Victor Augusto Ramos Missiato

Instituto Presbiteriano Mackenzie
Brasília - Distrito Federal - Brasil
victor_missiato@hotmail.com

Resumo: Procuramos com este artigo comparar as estratégias políticas adotadas por dois partidos comunistas na América Latina, no caso Partido Comunista do Brasil (PCB) e *Partido Comunista de Chile* (PCCh), tendo como ênfase o período de formação das Frentes Populares nos anos 1930. A comparação entre essas esquerdas destes dois países visa resgatar, enquanto objeto de estudo e reflexão, o caráter heterodoxo das estratégias comunistas na América Latina.

Palavras-chave: Comunismo. Frente Popular. Revolução.

Introdução

A Crise de 1929 e a ascensão do nazi-fascismo na Europa causaram importantes transformações no cenário político internacional. No caso do Movimento Comunista Internacional (MCI), agora, cada vez mais identificado com o mito da “construção do socialismo” na União Soviética (URSS), o “desenvolvimento do antifascismo na Europa em escala internacional, sob o impacto da ascensão de Hitler, é que daria nova substância ao movimento” (PONS, 2014, p. 170). Diante de tal situação, Stalin permitiu que alguma revisão nas relações com as potências ocidentais pudesse ser realizada, mediante total controle do conteúdo acerca dessas aproximações. A partir do relatório elaborado por Georgi Dimitrov, destinado ao VII Congresso da Internacional Comunista (IC), o combate ao fascismo substituiria o antigo confronto com o inimigo socialdemocrata da década anterior.

Em 1934, os comunistas soviéticos incentivaram a formação das “frentes populares”, cabendo a cada partido comunista, ligado às diretrizes da III Internacional, atuar no sistema político de seu país. Porém, tal “subordinação hierárquica” e “espírito de disciplina”, características essas apontadas por Silvio Pons, referentes à relação dos

partidos comunistas junto ao Comintern, não definiram por completo as estratégias comunistas das frentes populares nesses países. Ao contrário dessa percepção, veremos que ao analisarmos o movimento político em torno da formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), no Brasil, e a formação e vitória do governo da Frente Popular, no Chile, as diretrizes do Movimento Comunista Internacional seriam reinterpretadas levando em consideração as diferentes realidades nacionais, muito por conta da própria relação do partido comunista local com as culturas políticas nacionais. Ao compará-las (ANL e Frente Popular), veremos que se trata de duas estratégias distintas, podendo até mesmo ser consideradas opostas entre si. Ademais, em determinadas conjunturas, a própria linha política desses partidos não esteve totalmente alinhada às orientações da Internacional Comunista. Portanto, objetivamos a seguir, resgatar e comparar essas duas estratégias, ocorridas na década de 1930.

A estratégia do comunismo brasileiro na ANL

O estreitamento do PCB com a matriz soviética teve maior profundidade após o VI Congresso Mundial da Internacional Comunista. Até aquele momento, vigorava na estratégia brasileira a tese defendida pelo dirigente comunista Octávio Brandão, autor de *Agrarismo e Industrialismo* (1924), referente à aliança com o tenentismo, considerado um movimento pequeno-burguês, visto como ator de uma etapa revolucionária permanente no sentido marxista-leninista. Em decorrência disso, ocorreu uma intervenção do Secretariado Soviético para a América Latina contrária a essa posição. De acordo com Heitor Ferreira Lima, ex-dirigente comunista, houve uma mudança de posicionamento, por parte do PCB, assim que ocorreu o VI Congresso da IC, sendo que este era crítico à estratégia até então vigente no *Partidão*. Conforme a transcrição do documento referente às políticas adotadas no III Congresso do PCB:

Toda a tática do Partido Comunista deve, portanto, subordinar-se a esta etapa estratégica da mobilização das massas em vista do movimento que se prevê. O Partido Comunista deverá colocar-se à frente das massas, a fim de conquistar, por etapas sucessivas, não só a direção da fração proletária, mas a hegemonia de todo o movimento (FERREIRA LIMA apud PEREIRA, 1982, p. 103).

Portanto, ao final da década de 1920, o PCB passou por uma grande revisão em sua política estratégica. Essas mudanças nas estratégias do Partido não podem ser analisadas sem levarmos em consideração as consequências advindas do VI Congresso da Internacional, ocorrido em 1928. Nesse Congresso, a Internacional disponibilizou uma

maior atenção à realidade latino-americana. Um dos motivos “pode ser explicado, por um lado, pelo fracasso da insurreição de Cantão, comandada pelo Comintern, e, por outro lado, pelos problemas que ameaçavam colocar o declínio da Inglaterra em proveito dos EUA no que diz respeito à política imperialista” na região (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 49-50). Diante disso, em 1928, foi publicado na *L'Internationale Comuniste* um trabalho do suíço Jules Hubert Droz, dirigente do secretariado da IC, intitulado “Movimento Revolucionário Latino-Americano”. Dentre as notas explicativas acerca da etapa de desenvolvimento da região, Droz caracterizou a “estrutura econômica dos países latino-americanos como semicolonial”, qualificando os “proprietários fundiários” como classe dominante e vinculando a burguesia industrial a “uma das múltiplas faces dos latifundiários”. O operariado urbano seria uma classe “insignificante” naquela conjuntura (ZAIDAN FILHO apud DROZ, 1985, p. 50). Para Droz, a revolução latino-americana seria camponesa e anti-imperialista. Em contraposição a essas teses, a linha do PCB, até então, convergia numa outra posição. Acompanhando os pressupostos defendidos nas teses de Octávio Brandão, “no estágio de então, o proletariado urbano e rural se aliaria com a pequena burguesia revoltosa e a grande burguesia liberal contra o “tzarismo brasileiro” (o partido republicano, os fazendeiros de café, o Estado agrário etc.)”, sob as condições atentas de não subordinação a essas forças, sempre mantendo ciência do caráter pragmático dessas alianças, visando a “conquista da hegemonia política, tanto antes como depois da revolução democrático-burguesa”. Essa aliança com a “pequena burguesia revoltosa”, considerada uma “vanguarda revolucionária”, estaria representada na figura dos movimentos tenentistas de 1924 e 1926 (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 76-78).

Porém, a aproximação entre o *prestismo* e o comunismo brasileiro não ocorreu sem alguns percalços e desconfianças. No triênio 1927-1930, travou-se um debate acerca da via revolucionária no interior do PCB. Se, por um lado, os comunistas pretenderam lançar Prestes para concorrer à Presidência nas eleições de 1930, legitimando, de certa forma, a via político-institucional, por outro lado, Prestes manteve a posição de não concorrer ao pleito e investir unicamente na via insurrecional, que também se fazia presente no rol estratégico dos comunistas (PINHEIRO, 1991, p. 218-220). Como visto anteriormente, o posicionamento da IC também dificultaria essa aproximação:

No que toca à América Latina, as teses do VI Congresso estabelecem que “os comunistas devem tomar parte ativa e geral no movimento revolucionário de massas dirigido contra o regime feudal e contra o imperialismo, inclusive onde este movimento estiver sob a direção da pequena burguesia. Por isto, os partidos comunistas não têm que se subordinar sob nenhuma circunstância a

seus aliados temporários (ZAIDAN FILHO apud INTERNACIONAL COMUNISTA, 1985, p. 84).

Diferentemente de momentos posteriores, nessa conjuntura, as contradições internas do PCB também favoreceram para que não houvesse qualquer tipo de protagonismo no cenário político nacional¹. Até aqui, trata-se “de um pequeno partido de extração operária, em situação de gueto político, fora da lei, com atuação restrita a grupos de sindicalistas em alguns estados da Federação, desprovido de intelectuais e de personalidades expressivas” (WERNECK VIANNA, 1989, p. 133). Essas novas diretrizes adequaram-se a estratégia global do MCI e aproximaram-se das ordens emanadas pelo stalinismo.

Sem Prestes, que divergia em algumas questões e nutria uma mútua desconfiança junto aos comunistas, sendo convidado a trabalhar e aprofundar seus estudos marxista-leninistas na URSS; sem os dirigentes fundadores e os principais intelectuais, afastados do Partido; mantendo-se na ilegalidade no governo da Aliança Liberal e reduzido a um “gueto”, o PCB, em 1930, foi percebido como um “Partido desarvorado, quase paralisado, como se estivesse acuado, numa das piores senão na pior fase de sua existência” (FERREIRA LIMA, 1982, p. 139). Afora isso, a tentativa de reagrupamento pós-1930 manteve as práticas vigentes, ao final da década de 1920. A nova direção aprofundou a política *obreirista*, que priorizava a participação operária no Partido, e buscou alijar qualquer tendência considerada “pequeno-burguesa” ou “trotskista”.

Esse “desejo de estar na vanguarda” acabou por impedir seu desenvolvimento. Considerado um fenômeno isolacionista, a “proletarização” do PCB e todas as suas características sectárias, na transição para os anos 1930, “tinham o céu como limite, obtendo o inferno como prêmio” (BRANDÃO, 1997, p. 84). A leitura contemporânea do movimento de 1930 e a tradição que essa visão legou aos quadros interpretativos do PCB impossibilitaram, durante muito tempo, o diagnóstico preciso acerca das transformações que ocorriam na vida política nacional, da qual emergia o novo “Estado de Compromisso” varguista, decorrente de uma crise que inaugurou a formação de uma nova cultura política, no caso, o nacional-desenvolvimentismo. Ao contrário da experiência chilena, que veremos logo a seguir, o PCB, na transição pactuada do início dos anos 1930, interpretou a realidade política brasileira sob outro ângulo político e conceitual. O orientalismo

¹ Corroboramos, assim, com a posição defendida por Boris Fausto ao criticar a historiografia que polariza essa questão entre dominados e vencidos: “No Brasil da década de 20 não havia conjuntura revolucionária em que o proletariado tivesse a iniciativa, não chegando a classe operária organizada a constituir um ator político relevante. Quanto ao BOC, foi uma organização minúscula que interessa apenas a história das esquerdas” (FAUSTO, 1997, p. 17).

sobrepunha-se à via prussiana nacional-desenvolvimentista de 1930, buscando fortalecer uma modernidade alternativa, em detrimento da emergente modernização conservadora, que viria fincar raízes na sociedade brasileira do século XX:

Da perspectiva da política, o tema do Oriente significa, de um lado, a exposição ao processo de modernização de sociedade agrárias tradicionais num contexto de subordinação colonial, e de outro, implica a possibilidade do **atraso** se constituir numa vantagem para mudanças revolucionárias, conduzida a modernização por meio de uma coalizão nacional-popular. [...] A via revolucionária oriental depende de uma ação – vontade política de um ator concentrada como uma ponta de cristal –, executada tempestivamente, antes que o processo de modernização redefina em massa a identidade das classes e camadas tradicionais. Quer por sua desorganização, quer por sua incorporação à ordem burguesa em ascensão (WERNECK VIANNA, 1989, p. 123).

A perspectiva e a interpretação dos atores da revolução oriental seriam as mesmas da revolução latino-americana, ao final dos anos 1920. Deliberadamente, a Internacional Comunista traçou uma orientação estratégica comum a “todas colônias e semicolônias” do mundo (ZAIDAN FILHO, 1985, p. 83). Esse “caminho chinês” para o processo revolucionário marcaria o compasso da revolução brasileira nacional-libertadora de 1935².

Paralelamente, enquanto boa parte da nova equipe dirigente comunista renunciara a qualquer tipo de aliança com o *prestismo*, Prestes aproximava-se, cada vez mais, dos ideais marxistas. Entre os anos 1929-1930, residindo em Buenos Aires, sede do SSA-IC, a principal liderança do movimento tenentista dos anos 1920 estreitava seus laços com a IC. Em 1931, Prestes mudou-se para o centro do poder socialista, fixando-se na URSS por três anos. Nesse mesmo ano, Prestes procurou apoiar o PCB, mesmo com toda desconfiança por parte dos comunistas ao se defrontarem com a popularidade e o personalismo dessa liderança política. O “Cavaleiro da Esperança” criticou os tenentes que apoiaram o governo Vargas, defendeu o proletariado como “classe principal do processo revolucionário”, condenou o próprio elemento do *prestismo* e conclamou todos os revolucionários a lutarem pela revolução agrária e anti-imperialista, “sob a hegemonia incontestável do Partido Comunista do Brasil” (PANDOLFI, 1995, p. 106). Todavia, Prestes filiou-se ao PCB em 1934, somente após a imposição de Moscou que, cada vez mais, alargava seu raio de influência sobre as questões decisórias do Partido brasileiro.

² Do mesmo modo, no Brasil e em quase todas as outras “colônias” e “semicolônias”, “os esforços de reflexão teórica sobre a realidade desses países foram paralisados, como de resto qualquer reflexão crítica no interior da IC. Nos anos 30 foram impostas fórmulas esquemáticas e genéricas que pouco tinham a ver com a multiplicidade das configurações históricas em tela, ficando assim a problemática da revolução nos chamados países coloniais e semicoloniais reduzida à luta contra o “feudalismo” e o “imperialismo”, vistos abstratamente e conceitualmente congelados” (DEL ROIO, 1990, p. 122). A experiência chilena pode ser considerada uma das exceções.

Em setembro de 1930, Astrojildo Pereira foi destituído do cargo de secretário-geral do PCB, juntamente com outros membros considerados “prestistas” e “intelectuais”. Essa política, contudo, subestimou a “dimensão do fazer política e do Estado, que era visto como uma entidade estranha à classe operária e ao mundo do trabalho”. Além da relação com o modo stalinista de se pensar a política, essa depreciação da política evidenciou a “sobrevivência de aspectos do anarco-sindicalismo na cultura dos comunistas”:

Assim, no “obreirismo” dos comunistas brasileiros sintetizou-se uma perspectiva “economicista-voluntarista”, que entendia que no Brasil haveria um processo revolucionário em marcha, em função da violenta crise econômica pela qual passava o país, e que bastaria um grupo de homens ferreamente organizados e decididos para que as massas oprimidas cedo ou tarde seguissem sua direção (DEL ROIO, 1990, p. 199).

O resultado político do voluntarismo *obreirista* culminou no isolamento do PCB. Apesar das várias dificuldades que o governo Vargas enfrentou para conseguir formar pactos políticos na sociedade brasileira, ao longo de seu mandato, o líder gaúcho foi conquistando o apoio das mais variadas vertentes políticas. A remoção do Estado liberal criou “as bases para promover “de cima” o desenvolvimento das atividades do conjunto das classes dominantes”, enquanto o “caráter excludente do sistema político é dissimulado na forma corporativa, abrindo-se canais de participação controlados e manipulados pelo Estado”. Nas camadas médias urbanas, “a política se completa com a cooptação, operada a partir do recrutamento para as funções públicas que o Estado alarga bem além das suas necessidades”. Em relação ao sindicalismo, questão central para os comunistas, o varguismo, a partir da legislação sindical, “ao invés de procurar cortar o passo da crescente organização dos assalariados, buscará orientá-la para dentro do aparato estatal” (WERNECK VIANNA, 1999, p. 171-172).

Não alheio a essas políticas, a reação comunista adveio através da denúncia do “caráter fascista” da lei de sindicalização, apontando o déficit representativo dos sindicatos oficiais e o controle exercido pela Justiça do Trabalho (BADARÓ MATTOS, 2003, p. 15). De início, esse ativismo do PCB não alterou a ordem política nacional. As frágeis tentativas em participar do processo Constituinte (1933-34) pararam na recusa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quanto ao seu registro. Dessa forma, o *Partidão* participou através de outra representação – a chamada União Operária e Camponesa do Brasil (UOCB).

Novamente, o resultado eleitoral foi um fracasso. Diante de mais um problema e da constatação de que o *obreirismo* culminou em um redundante afastamento do movimento comunista junto a qualquer setor da sociedade, em junho de 1933, ocorreu uma

importante reorganização na direção pecebista, marcando o fim da instabilidade política no Comitê Central e o início da fusão entre comunismo e *prestismo* (DEL ROIO, 1990, p. 207). Essa reorganização, aliada a um momento de maior abertura política pós-Revolução Constitucionalista de 1932, acrescido ao processo constitucional de 1933-34, permitiu uma maior aproximação do PCB junto ao movimento sindical.

No entanto, a maneira como essa aproximação deveria ocorrer trouxe uma nova discussão interna entre os dirigentes do PCB. Enquanto os responsáveis pelo setor sindical, Mário Grazzini, Heitor Ferreira Lima e Corifeu de Azevedo Marques, remanescentes do grupo ligado a Astrojildo Pereira, defendiam uma posição “cautelosamente realista diante das greves que vinham surgindo”, visualizando a maneira autônoma como o movimento sindical vinha se organizando, a maioria dos dirigentes do Comitê Central, liderada por Antônio Maciel Bonfim, “pensava que se deveria jogar de imediato no amadurecimento de uma situação insurrecional” (DEL ROIO, 1990, p. 210). A consequência imediata deste impasse resultou em mais afastamentos e expulsões dos dirigentes considerados mais à “direita”, que propuseram alternativas à estratégia insurrecional. Posteriormente, houve uma expansão do Partido em direção a outros grupos sociais, para além do operariado, tendo em vista a tentativa de expandir seu projeto revolucionário.

O capítulo final que marcou o encontro definitivo entre *prestismo* e comunismo brasileiro ocorreu em 1934, quando Prestes foi admitido junto ao PCB. Como já citado anteriormente, o ator responsável por essa vinculação foi o MCI, liderado pela URSS. Nesse instante, a síntese entre *prestismo* e o stalinismo também estava se completando (DEL ROIO, 1990, p. 211). O fortalecimento das relações entre MCI e PCB, que tiveram início a partir do final da década de 1920, passou, portanto, pelo ingresso de Prestes na estrutura partidária do comunismo brasileiro. Concomitante a isso, o PCB, na conjuntura brasileira, via sua presença crescer no espaço político ao possuir a liderança de Prestes em suas fileiras. De acordo com Dulce Pandolfi, o “prestismo” era maior do que o “pecebismo”, pois com Prestes, “o PCB saía do gueto” (1995, p. 108).

Essas mudanças ocorreram dentro de uma conjuntura internacional marcada pela frágil aproximação entre URSS e potências ocidentais. Com o fortalecimento do nazifascismo, a Internacional Comunista abriu espaço para um redirecionamento tático em favor da aliança com a socialdemocracia. Tratou-se, no entanto, de uma política bipolar que refletiu a fraqueza dessas alianças, mas que, ao mesmo tempo, interferiu no desenvolvimento da cultura política comunista global. Dessa forma, “o antifascismo dos

comunistas terminou por assumir caráter esquizofrênico: por um lado, nova vocação política e até identidade que se sobrepunha à identidade preexistente; por outro, concepção instrumental que não redefinia a identidade originária” (PONS, 2014, p. 179).

Trata-se do tempo de formação das Frentes Populares. As frentes espanhola, francesa e chilena foram consideradas os exemplos tradicionais das políticas frentistas, quando reuniram comunistas e outros partidos. Contudo, partidos comunistas de outros países aderiram a essa proposta dentro de condições e concepções internas específicas. De acordo com o XIII Pleno do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC), as conjunturas de Brasil e Chile proporcionavam as maiores possibilidades de se realizar a revolução na América do Sul, a partir da estratégia frentista. Isso se deve, também, ao modo como a delegação brasileira conseguiu adaptar-se a política frentista diante da “estratégia insurrecional subjacente à política de frente única pela base”, pois junto aos dirigentes da IC, teve sucesso ao defender a hipótese “de que a crise brasileira se encaminhava para uma situação revolucionária” (DEL ROIO, 1990, p. 270-273).

A criação da Aliança Nacional Libertadora ocorreu em março de 1935. O PCB não foi o único ator que deu iniciativa a essa organização, mas é inegável que “foram os comunistas um dos grandes animadores da frente”, embora a maioria dos principais organizadores não pertencesse aos quadros do Partido (PINHEIRO, 1991, p. 272). A ANL surgiu na legalidade institucional, mas não tardou para que fosse expulsa dessa normatividade. Em julho do mesmo ano, o governo varguista proibiu sua atuação. A razão alegada “foi o manifesto de Prestes, em nome da Aliança, pregando a formação de um “Governo popular nacional revolucionário” através de um levante popular” (RODRIGUES, 2007, p. 443).

No discurso *Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora*, datado de 05 de julho de 1935, Prestes reivindicou sua herança tenentista e associou as lutas dos anos 1920 com a nova batalha a ser enfrentada em 1935 (LOWY apud PRESTES, 2006, p. 134). Isso denota, naquele instante, a continuidade do caráter pragmático da figura prestista com relação ao comunismo brasileiro. Já inserido formalmente no PCB, Prestes representou um dos símbolos do comunismo brasileiro dos anos 1930: uma cultura política em formação, influenciada pelo tenentismo e stalinismo, que objetivou a hegemonia política, mas que não abandonou seu caráter insurrecional, instrumental e polarizador, ao tratar a questão como um “duelo”, onde “os dois campos definem-se cada vez maior clareza para as massas”, quando o “momento exige, de todo homem honesto, uma posição clara e definida, pró ou contra o fascismo, pró ou contra o imperialismo” (LOWY apud PRESTES, 2006,

p. 134). E essa procura, após a fase *obreirista*, buscou uma ampla aliança através da “unificação do proletariado”; dos “heroicos combatentes dos movimentos armados”, que tiveram início em 1922; da “juventude heroica de São Paulo”; da “juventude trabalhadora e estudantil de todo o país”; das “mulheres do Brasil”, das “pessoas religiosas, católicas, protestantes, espíritas e positivistas”; “os padres brasileiros, os mais pobres”, representados nas figuras históricas de “Frei Caneca e Padre Miguelinho”; dos “artesãos, os pequenos comerciantes, os pequenos industriais”; “todos os homens de cor do Brasil, herdeiros das tradições gloriosas dos Palmares”; além de trabalhadores **DE** todas as regiões do Brasil (LOWY apud PRESTES, 2006, p. 136-138).

Nota-se, também, que o programa da ANL esteve sintonizado com outras frentes populares internacionais daquele período, quando procurou assimilar os esquemas interpretativos da IC ao exigir a “anulação de todos os débitos às nações imperialistas”; “nacionalização das empresas estrangeiras”; “liberdades públicas”; “direito ao governo popular”; “distribuição das propriedades feudais entre os camponeses e proteção ao pequeno e médio proprietário” (PINHEIRO, 1991, p. 273). No plano nacional, com esse Programa, “o PCB estendeu sua influência às camadas intermediárias da sociedade brasileira, à intelligentsia e a outras personalidades políticas e culturais de prestígio” (RODRIGUES, 2007, p. 441).

O *Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário* evidenciou muito bem todas essas questões. Cientes das representações anticomunistas presentes no imaginário nacional, o *Programa*, logo em seu início, buscou deslegitimar a afirmação de que a ANL é “uma simples máscara do Partido Comunista”, tratando-se de uma “ampla frente única nacional” (LOWY apud ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, 2006, p. 129). Ademais, cientes da influente liderança exercida por Prestes, os aliancistas o colocaram como figura principal na condução do movimento e na direção de um futuro governo em contraposição a alguns membros que apoiavam o programa, mas não a liderança de Prestes. Aqueles que divergissem dessa escolha acabariam por trilhar “o caminho da traição” (LOWY apud ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, 2006, p. 130).

Posto isso, o elemento político do *Programa* ilustrou todo este recurso retórico em busca de um povo representado. Intitulando-se popular, nacional e revolucionário, o programa aliancista da frente brasileira, “representante das grandes massas”, destacou a “democracia no seu sentido mais alto pela prática completa da liberdade de pensamento, de palavra, de imprensa, de organização religiosa, racial, de cor etc.”, que devia estar a

serviço do “Governo Popular”, onde estariam “representadas todas as camadas sociais, inclusive a burguesia nacional”. Seria, também, um “governo surgido do povo em armas”:

Mas ao mesmo tempo esse governo será um Governo Nacional Revolucionário, porque antes o imperialismo e seus agentes esse governo será profundamente revolucionário, não se conhecendo nem dívidas, nem tratados, nem acordos, nada em suma de tudo o que significa a vergonhosa entrega do Brasil aos capitalistas estrangeiros. Diante do imperialismo o Governo Nacional Revolucionário será, realmente, nacional e revolucionário, profundamente, radicalmente, energicamente revolucionário. Neste sentido é indispensável que se acentue que esse será o único governo capaz de uma atitude enérgica face aos dominadores estrangeiros, porque apoiado por todo o povo, exercido pelos seus chefes de maior prestígio popular, sofrendo a influência direta das grandes organizações de massa, apoiado nas Forças Armadas de todo o país, será o primeiro governo em nosso país dentro da democracia popular que será capaz de exercer a mais dura ditadura contra os imperialistas e seus agentes. Democracia, sim, mas para o povo, para os brasileiros e para todos os que trabalham honestamente sem explorar o Brasil, mas a mais dura, mais enérgica e mais terrível ditadura contra o feudalismo estrangeiro e contra os seus agentes no Brasil, aos brasileiros que vendem sua pátria ao imperialismo. Dar liberdade aos agentes do imperialismo seria negar o conteúdo nacional revolucionário de tal governo e suicídio da própria revolução libertadora (LOWY apud PROGRAMA DO GOVERNO POPULAR NACIONAL REVOLUCIONÁRIO, 2006, p. 131).

Desse modo, “não é por acaso que o programa inicial da IC considerava a insurreição armada como o único caminho para a vitória da revolução proletária” (PINHEIRO, 1991, p. 296). A instrumentalização do “popular” pelo político-militar resultou em uma insurreição “espontânea”, “decidido por uma minoria que, por refletir os interesses das bases, *deveria* receber o seu apoio uma vez iniciado” (BRANDÃO, 1997, p. 143). Trata-se de uma concepção condizente com a realidade política brasileira daquele período. Um sentido de democracia que

compartilhava com a totalidade do pensamento político brasileira da época a “noção de que os formalismos democráticos [...] seriam planta demasiado raquítica para vicejar no Brasil”. Impossível ontem, por absoluta ausência de condições históricas, dispensável amanhã, por desnecessária, uma vez que o proletariado ou o povo estarão no poder, a democracia é reduzida ao seu conteúdo socioeconômico e passa ao largo do regime político, abstração da qual não escapam nem os partidários da “revolução nacional-libertadora” ou “democrático-burguesa”, nem os que se batiam pela “proletário-socialista” (BRANDÃO, 1997, p. 141).

Formalizou-se uma concepção que privilegiou uma perspectiva nacional-libertadora, condizente com outros processos revolucionários daquele período. Uma cultura política comunista, que teve no stalinismo e no *prestismo* suas forças propulsoras. Sustentou-se, a partir daí uma identidade “popular” e menos “operária”, sendo que a preocupação com os problemas da “nação” predominaria sobre os da “classe” (WERNECK VIANNA, 1989, p. 135). Mas tanto o povo quanto a nação adentraram ao projeto de

“modernização pelo alto”, que terá no Estado, o ator responsável por esse processo. Logo, “o tema nacional, então confundido com a luta pela industrialização do país torna-se o *leitmotiv* do regime de 1937, e o Estado Novo se apresenta para a sociedade, inclusive pelo seu reconhecimento dos direitos sociais do proletariado urbano, como realmente novo” (WERNECK VIANNA, 1989, p. 136).

A derrota de 1935, ao mesmo tempo em que afastou a esquerda do poder, teve parte de sua agenda assimilada pelo varguismo. Ademais, mesmo com o fracasso dessa experiência, o PCB manteria essa perspectiva estratégica, sem um grande processo de renovação teórico-estratégico, até metade dos anos 1950, mesmo com uma reorientação tática importante, porém passageira, entre os anos 1945-1947. Por conseguinte, a experiência nacional-libertadora estabeleceu seu espaço hegemônico na cultura política do comunismo brasileiro, até o fim dos anos 1950.

A estratégia comunista chilena na Frente Popular

No tocante ao estudo da trajetória do comunismo chileno, referente às dinâmicas entre o comunismo internacional e o comunismo nacional, buscaremos analisar a formação da estratégia de Frente Popular do PCCh, partindo dos mesmos pressupostos analíticos, que foram abordados na análise da experiência brasileira, vinculando as problemáticas nacionais às conjunturas internacionais.

Nessa parte do texto, faremos uso de duas etapas processuais da trajetória do comunismo chileno nos anos 1920 e 1930, caracterizadas como *Frente Único y Revolución Socialista* e *Frente Popular y Revolución Democrática Burguesa* (CHAMORRO, 2010, p. 76). Sendo assim, partiremos da mesma perspectiva de análise alusiva à interação PCB-MCI, que também se preocupou em demonstrar o espaço autônomo do Partido brasileiro frente às determinações soviéticas. No Chile, este mesmo debate debruçou-se na historiografia do comunismo:

Em relação ao caráter das relações e a influência da IC nos movimentos populares em geral e nos partidos comunistas, em especial, a historiografia mais recente tende a revisar as concepções vigentes no período da Guerra Fria e a relativizar as visões mais reducionistas que somente viam o PC como um instrumento da URSS ou mais precisamente, como um instrumento stalinista (BENAVIDES, 1988, p. 22).

Nos anos 1920, o que também distinguiu o grau de autonomia de cada partido frente às determinações soviéticas foi a própria intenção por estreitar ou não os laços com o Comintern, direcionando com maior abertura ou menor margem de manobra, as

orientações estratégicas a serem empreendidas nas realidades nacionais. O maior enraizamento dos comunistas chilenos junto ao movimento dos trabalhadores e, principalmente, a aliança com a *Federación Obrera de Chile* (FOCH), permitiu um grau de autonomia maior comparado a outros partidos latino-americanos. A título de comparação, enquanto Moscou reprovava a tentativa brasileira de inserção junto à Internacional, o Comintern reivindicava maior aproximação com o PCCh:

Hace ya mucho tiempo que no hemos tenido ninguna información de ustedes. Después del III Congreso no hemos recibido ni una sola línea de Chile [...] Ya no es la primera vez que insistimos en la necesidad de vínculos epistolarios normales. Hace mucho tiempo les pedimos información sobre la situación económica de la clase obrera, sobre la composición de la Federación y de sus fuerzas, pero no recibimos nada... Su silencio es inexplicable. Esperábamos recibir información de su delegado en el Congreso, pero lamentablemente, su Federación no envió a nadie (TOSO apud COMINTERN, 2011, p. 256).

A participação junto ao sistema político era mais presente no caso chileno, embora fosse relativizada. Segundo Recebarren, os comunistas não assumiam o “Parlamento burguês” no intuito de produzirem leis que melhorassem as condições de vida do trabalhador, pois desconfiavam das virtudes dessas leis, voltadas ao sistema capitalista. Sendo assim, cabia ao parlamentarista comunista, a partir da crítica revolucionária, demolir as instituições e a dominação burguesa (TOSO, 2011, p. 273). Por outro lado, a política aliancista junto aos membros da burguesia causava um embate parecido com o caso brasileiro, embora existissem diferenças quanto à interpretação dos atores que representavam a pequena-burguesia nessas duas distintas realidades. A fim de solucionar tal impasse, o pragmatismo político dos comunistas chilenos iria distinguir o conceito de *alianzas e arreglos electorales*³. Na prática:

A distinção entre *alianzas e arreglos electorales* era sutil, mas eficaz, pois aludia a graus distintos de compreensão entre os associados (o primeiro termo supõe um programa comum, enquanto que o segundo supõe um simples acordo de tipo prático, instrumental), o que permitia manter a pureza doutrinária tantas vezes proclamada pelo mesmo líder durante sua militância *demócrata* e depois *socialista* (TOSO, 2011, p. 276).

Essas e outras conceituações seriam redimensionadas tendo em vista o maior estreitamento com o MCI. Lentamente, as diretrizes do Movimento Comunista Internacional começaram a exercer sua influência no Partido chileno. A adoção ao conceito de “ditadura do proletariado”, a proclamação da *vía violenta*, como única

³ A sutil procedência com as palavras sempre acompanhou a trajetória dos comunistas chilenos. Essa característica continuará presente nos debates em torno da relação não excludente, entre democracia e revolução na formação do socialismo chileno, desde o final dos anos 1950 até o governo da Unidade Popular.

possibilidade para a revolução, além do trabalho de agitação e propaganda junto às Forças Armadas, ilustraram alguns reordenamentos teórico-políticos em consonância com o comunismo da III Internacional (TOSO, 2011, p. 273). Mas o que mais evidenciaria a ambiguidade da relação PSCh-URSS e o impacto disso na formação estratégica do Partido chileno seriam novamente a trajetória e as características das estratégias de Frente Única (década de 1920) e da Frente Popular (década de 1930), que comparadas junto às experiências internacionais análogas, definiram o caráter heterodoxo de tais estratégias.

Em 1925, três anos após Stalin assumir a Secretaria Geral do PCUS e um ano após a renúncia de Arturo Alessandri, motivada por diversas pressões políticas, os comunistas chilenos encontravam-se em volta de uma nova diretriz internacional para o comunismo, além de uma profunda agitação social no ambiente político de seu país. Imerso a essas crises, o Partido, intitulado-se representante legítimo do movimento dos trabalhadores, tentou desenvolver uma política de alianças, que não correspondia fielmente à tática da Frente Única bolchevique, mas que se apresentava nominalmente como tal (BENAVIDES, 1988, p. 30). A principal diferença, assim como no caso brasileiro, foi o distanciamento do PCCh referente à organização de uma aliança sectária e excludente. Em abril desse ano, o Partido participou da *Frente Social Republicano* (FSR), que era composta por uma diversificada base social e política, tendo como objetivo realizar uma discussão em torno da reorganização democrática do país, pós-Alessandri. Essas iniciativas também seriam criticadas pelo Secretariado Sul-Americano, quando este enviou uma carta ao PC chileno onde, além de reiterá-lo a necessidade de reorganizar-se em torno da base de células das fábricas, insistiu na preocupação e na necessidade de formar a tática bolchevique no Chile (BENAVIDES, 1988, p. 30). Esses embates permaneceram ao longo da década, mas a partir de 1927 o Comitê Executivo do PCCh começou a discutir e aprofundar os temas propostos pela matriz soviética.

No Congresso desse mesmo ano, mediante uma autocrítica, o PCCh buscou criar uma Frente Única, condizente com os princípios internacionais dessa estratégia. Tratar-se-ia, também, de uma mudança no horizonte estratégico frente à vitória de Ibáñez, que manipulou todo pleito eleitoral a seu favor. Seu único opositor foi Elias Lafertte, representante do Partido Comunista.

Diferentemente de Alessandri, que apresentou uma política reformista para a dinâmica da modernização chilena no início do século XX e que durante certo tempo teve um apoio extraoficial dos comunistas, o governo Ibáñez radicalizou tal política e rompeu

com a lógica reformista, mediante, também, à insustentabilidade do modelo primário-exportador, que já se encontrava em crise por quase toda a América Latina:

Carlos Ibáñez foi o impulsor de um modelo de desenvolvimento de tipo *neobismarckiano* consistente, como já foi dito, tratando-se de um caudilho que propôs acelerar a transição para uma sociedade industrial moderna e que contava com a vantagem de que, por debilidade provisória das classes dominantes e a desorganização das classes subalternas, pôde governar sem exigências asfixiantes de representação (MOULIÁN, 2009, p. 24).

Diante dessa possibilidade de manobra e centralização do poder, não tardaria para que se realizasse a expulsão do PCCh no sistema político chileno. Sua postura política de oposição também favoreceu o afastamento de sua participação no sistema político. Sua ação política foi se enfraquecendo cada vez mais. Em um encontro do Comitê Central, ocorrido em dezembro de 1928, quando a conjuntura favoreceu um estreitamento de laços entre PCCh e a Internacional Comunista, a perspectiva estratégica do comunismo chileno voltou-se contra setores reformistas e a chamada pequena burguesia chilena. Trata-se do tempo da *Frente Único y Revolución Socialista*. Tempo esse em que se aprofundou a intervenção direta das estruturas da Internacional Comunista sobre a seção chilena, mediante a presença de instrutores da IC, apoio financeiro e *normalização ideológica* do Partido (RIQUELME, 2009, p. 58). Enfatizou-se a necessidade de se criar um governo operário-camponês nos moldes do que seria o modelo de Frente Única para a América Latina (RIQUELME, 2009, p. 38).

Trata-se de um período em que os comunistas tentaram radicalizar suas ações. Segundo Alberto Aggio, “esta exasperação da conjuntura levou a que os comunistas comandassem uma greve geral e empreendessem algumas ações armadas que redundaram em repressão e fracasso” (1999, p. 80). Muitos dirigentes foram presos e o Partido foi perseguido, sendo que o esforço partidário priorizou sua própria reorganização e sua reinserção no movimento sindical (BENAVIDES, 1988, p. 38). Tal perspectiva acompanhou todo o governo Ibáñez. Todavia, após a sua saída, em julho de 1931, motivada pelas repercussões da crise de 1929, pelos problemas de relacionamento político entre Executivo e Legislativo e, como último acontecimento derradeiro, pelo surgimento de uma onda de protestos de estudantes, apoiados por boa parte da sociedade, novos horizontes surgiram para a esquerda chilena. Foi nesse espaço de tempo em que ocorreu uma curta experiência revolucionária, liderada por Marmaduke Grove, denominada *República Socialista*.

Embora tenha tido uma trajetória brevíssima, a experiência socialista de Grove, surgida de um *putsch* militar com relativo apoio civil, teve um significado importante.

Ela proporcionou às esquerdas o horizonte possível das transformações radicais e introduziu o tema do socialismo como uma alternativa materializável:

Esta digressão acerca das relações entre violência e compromisso entre 1830 e 1932 faz-se necessária para compreender o significado das Frentes Populares. Essas coalizões operaram dentro do marco da legalidade política representativa recém-formada entre 1932 e 1938. Elas permitiram a criação de um consenso político sobre a base de compromissos interclassistas e abriram a oportunidade para uma fase reformista de longa duração, durante a qual se enfrentou alguns problemas nacionais, cuja postergação esteve na base da crise de Estado aberta em 1924 (MOULIÁN, 2009, p. 27).

Diante de uma série de graves crises na sociedade chilena, o período 1931-1932 acabou por delinear uma nova recomposição política, que fará eco junto aos projetos aliancistas chilenos, vigentes até o ano de 1973. Essa década seria marcada pelo aparecimento de novos movimentos sociais, organizados por uma emergente classe média e grupos populares, que continuaram desafiando as características oligárquicas do regime político vigente. Quanto aos movimentos das classes médias, suas formações permearam um amplo espectro político, a ponto de alguns grupos estabelecerem alianças tanto com setores oligárquicos, quanto com setores populares (RIQUELME, 2009, p. 59). Por parte dos grupos ligados à direita desse espectro político, o Partido Conservador e o Partido Liberal instituíram novas alianças e superaram antigas divisões que marcaram suas trajetórias, desde o século XIX. No campo do centro político, o Partido Radical foi hegemonizando tal espaço a partir de uma posição

que define-se com uma forte percepção de tipo popular em sua Convenção, em 1931, quando reconhece uma série de políticas progressistas como, por exemplo, a luta de classes, a necessidade de transformações estruturais pela via reformista, a necessidade de uma participação do Estado na regulação da vida econômica, etc. Embora ainda o Partido Radical atue em grande parte dessa década unido aos setores da direita. Somente com a Frente Popular, o Partido Radical aproxima-se de alguns posicionamentos da esquerda (BENAVIDES, 1988, p. 42).

Em relação às esquerdas chilenas, especificamente o Partido Comunista, esse período também forneceu elementos que permitiram sua reorganização estratégica, no que se refere tanto a sua percepção em torno da realidade chilena, quanto às mudanças nas linhas políticas que se seguiram. Porém, vale ressaltar que essas transformações foram graduais. Portanto, tal reordenamento comunista conviveu com o aparecimento de um conjunto de pequenos grupos de orientação socialista e anti-stalinista, que iriam subsidiar a formação do próprio Partido Socialista (BENAVIDES, 1988, p. 43). Encerrava-se, a partir desses novos realinhamentos, um ciclo aberto em 1924, que alimentou diversas tentativas interventoras à ordem institucional (AGGIO, 1999, p. 83).

O pleito eleitoral de 1932 corroborou para essa volta à normalidade político-instrucional. Diferentes forças políticas disputaram às eleições presidenciais e parlamentares. Os Comunistas, sofrendo o reflexo da repressão dos anos anteriores e isolados politicamente, obtiveram apenas 1,2% dos votos, tendo Lafferte como candidato. Favorito e vencedor, com 54,7% dos votos, Arturo Alessandri regressou ao Palácio de *La Moneda*, dessa vez apoiado pelo Partido Radical e algumas forças políticas de esquerda. Dentre suas principais bandeiras, Alessandri defendeu a consolidação da estabilidade institucional e a recuperação econômica do país, questões essenciais a serem enfrentadas naquele momento. Tendo iniciado seu mandato, no entanto, a roupagem centro-esquerdista de seu programa eleitoral caiu, desnudando e revelando o verdadeiro corpo direitista de seu governo (AGGIO, 1999, p. 83). Medidas repressoras e participação intensa da direita nos desígnios do governo alessandrista indicaram uma forte resistência do *estabishment* político frente às transformações estruturais pelas quais o Chile passava, mediante uma conjuntura internacional de crítica ao liberalismo oligárquico e desenvolvimento social via ação do Estado (AGGIO, 1999, p. 88-89).

Paralelamente a esse governo conservador, o PCCh passou por transformações substantivas em sua estratégia política. Isolado politicamente e pouco representativo na sociedade chilena, o Partido realizou um movimento de autocrítica na primeira metade da década de 1930. Porém, não apenas pela difícil situação interna, mas também pelas próprias mudanças que ocorriam na Terceira Internacional, os comunistas chilenos acabaram por empreender uma nova perspectiva política. Salvaguardadas as propositais ambiguidades referentes às suas questões teórico-estratégicas:

A nova política, que se elabora mais precisamente a partir da Conferência de 1933, reformula definitivamente a demanda por *socialismo ahora*, formulando-se a questão em torno do caráter da revolução chilena. Efetivamente, como assinala um autor, na Conferência Nacional de julho de 1933, apresentou-se, pela primeira vez na história do Partido Comunista, “que a revolução chilena devia ser democrática, burguesa, agrária e anti-imperialista, impulsionada por forças provenientes da classe trabalhadora e camponesa” (MILOS, 2008, p. 22).

Em 1934, o PCCh desvinculou-se da opção sectária em seu horizonte estratégico. Ao final desse ano, em Moscou, ocorreu a Conferência Latino-Americana de Partidos Comunistas, quando os comunistas da região receberam o incentivo à criação das frentes populares. Seis meses depois, a criação das frentes populares nacionais centralizou a temática do VII Congresso da Internacional Comunista. Ao obterem o apoio para formarem tal organização contra o fascismo, surgiu a oportunidade de desenvolver uma estratégia aliancista. Sendo assim, o PCCh se propôs a reconstruir a unidade sindical do

proletariado chileno e construir uma coalizão política com o Partido Radical e o Partido Socialista (CHAMORRO, 2010, p. 82). O PCCh, embora tenha liderado essa iniciativa, representou, todavia, uma força política auxiliar a esse projeto político. Contudo, esse processo viria definir uma trajetória estratégica do comunismo chileno nas décadas subsequentes. A partir dessa conjuntura, somada à questão das relações entre comunismo chileno e comunismo internacional, outros fatores, dessa vez de ordem interna, influenciaram na formação da Frente Popular chilena, cuja liderança nos pleitos eleitorais ficou a cargo do Partido Radical, seguido dos Socialistas.

Havia no Chile da década de 1930 uma continuidade da crise econômico-social, que tivera início na década anterior. Muitas manifestações e críticas das camadas populares eram repreendidas pelo poder político. No outro lado da questão, “o movimento operário e popular já havia criado uma tradição de trabalho conjunto expresso através de inúmeras organizações sociais e políticas”, que mesmo assistindo às rivalidades entre comunistas e socialistas, marcou sua posição na política chilena:

Desta forma, a Frente Popular não nasceu e emergiu no cenário chileno da década de 1930 como uma determinação externa, previamente traçada, e tampouco seu processo de constituição assumiu uma trajetória simples e linear. Ela se formou lentamente, desde os primeiros anos da década, a partir de uma série de iniciativas políticas que propugnavam alianças entre forças políticas genericamente consideradas como defensoras das “liberdades públicas” ou pertencentes à “esquerda”, para definir-se, posteriormente, como pacto eleitoral cujo objetivo era vencer as eleições parlamentares de 1937 (AGGIO, 1999, p. 102).

A despeito da formação institucional da Frente Popular, a conjuntura política na metade da década de 1930 também auxiliou na criação de tal aliança. O endurecimento do governo Alessandri, visto na crise econômica e no cerceamento das liberdades públicas junto à morte do popular senador radical, Pedro León Ugalde, em julho de 1935, fizeram com que as forças de oposição se unissem em prol de uma aliança, que visasse reverter esse quadro mediante as próximas eleições parlamentares (MILOS, 2008, p. 29). Com o falecimento de Ugalde, houve a necessidade de se criar uma eleição complementar para substituí-lo. Surpreendentemente, o PCCh seria o ator político que lideraria uma iniciativa em torno da eleição para o Senado, propondo às forças de centro e esquerda, a escolha do militante Radical Socialista, Juan Luis Mery Frías, embora, durante essas movimentações, tenha sempre ressaltado suas diferenças ideológicas com os demais partidos (MILOS, 2008, 34). Em uma carta programática, publicada pelo periódico *Frente Único*, endereçada a Socialistas e Radicais, o PCCh incentivou uma ampliação do *Block de Izquierda* a fim de transformá-lo em uma Frente Popular. Deixou exposto, também, o embate com os chefes

socialistas ao não se posicionarem sobre a questão, bem como exigiram do radicalismo, “el abandono de su táctica de vacilaciones, de castración y de verdadera traición a los grandes intereses populares” (MILOS apud FRENTE ÚNICO, 2008, p. 35).

Havia um forte interesse em assumir a condução das forças de esquerda, além de reposicionar os Radicais para a esquerda, mas o PCCh pecou ostensivamente ao superestimar suas próprias forças, alegando ser o representante dos interesses de todo o povo, além de subestimar os outros atores políticos, em especial o Partido Radical e o Partido Socialista (MILOS, 2008, p.38). O final dessas negociações resultou no apoio a J. Mery, o que não significou supremacia por parte dos Comunistas. O ator político que conseguiu liderar tal opção frentista foi o Radicalismo. Pragmaticamente, os Socialistas evitaram uma política de grandes confrontações e apoiaram tal opção. Diante desses interesses diversos, a Frente Popular chilena começaria a ganhar formato através da liderança do Partido Radical.

Quanto às relações entre as esquerdas chilenas, a iniciativa da Frente Popular acabou por apresentar mais um capítulo de divergências entre Comunistas e Socialistas, mas também um novo espaço de conciliação. No campo das divergências, havia o interesse em monopolizar as políticas para os grupos médios e populares da sociedade chilena, bem como liderar o *Block de Izquierda* (proposta socialista) ou ampliar tal aliança para uma frente mais ampla (proposta comunista). Por outro lado

a despeito das péssimas relações existentes entre o Partido Comunista (PC) e o Partido Socialista (PS) [...], seus interesses começaram a convergir quando o governo Alessandri lançou uma repressão indiscriminada contra os sindicatos, atingindo seguidores de ambos partidos. [...] No campo da esquerda, a política anti-operária da administração alessandrista teve uma importância inquestionável como fator de aproximação e de cooperação entre os partidos Comunista e Socialista no interior da Frente Popular. [...] Esta nova orientação permitiu aos comunistas chilenos gestionarem em relação ao Partido Radical a formação de uma versão local das frentes populares europeias. Apesar de uma intensa e inflamada polémica interna, os Radicais responderam afirmativamente a esta iniciativa, já que lhes parecia adequada ao propósito de formação de uma coalizão eleitoral de centro-esquerda e plausível como fórmula para eleger um presidente de suas fileiras nas próximas eleições (AGGIO, 1999, p. 103-104).

A Frente Ampla institucionalizou-se no cenário político chileno, em 1936. Sua principal motivação foi reunir as forças de oposição contra o governo de Alessandri. Desse modo, pode-se afirmar que o horizonte político inicial da Frente Popular foi um horizonte de aliança democrática, cuja duração e projeção, no entanto, não foram percebidas da mesma maneira por todos os seus membros (MILOS, 2008, p. 75). Havia diferentes concepções em torno desse projeto aliancista. No caso específico dos Comunistas, tratar-se-ia de uma etapa revolucionária democrático-burguesa de caráter anti-imperialista, cujo

horizonte da revolução socialista ainda não era possível de ser alcançado. Por se tratar de uma força auxiliar nessa aliança, os Comunistas assistiram ao embate acerca da conquista da liderança no interior da Frente Popular, entre Socialistas e Radicais (AGGIO, 1999, p. 105). Será a partir das eleições parlamentares de 1937, até abril de 1938, que Radicalismo e Socialismo travarão embates em torno da supremacia da Frente, tendo o desfecho pendido para a força de centro, tendo na figura de Pedro Aguirre Cerda, político radical, a opção escolhida para disputar a Presidência. Esses movimentos inauguraram um processo de modernização singular e contínuo ao “combinar desenvolvimento econômico com uma extensiva e quase sempre ilimitada liberdade política”, que seria liderado pelos governos Radicais, até 1952 (AGGIO, 1999, p. 16).

O significado dessa vitória eleitoral para o PCCh esteve inserido dentro de uma mudança de perspectiva, que salvaguardadas as particularidades nacionais – comparando com o caso brasileiro, especificamente –, também pode ser pensada dentro de um novo paradigma internacional do comunismo, através de um anterior enfoque proeminentemente classista à um enfoque nacional (RIQUELME, 2009, p. 60), mas que, ao contrário do PCB, soube aproximar esse novo enfoque junto a outros partidos políticos de centro e esquerda, a partir de uma participação na esfera político-institucional⁴. Inclusive, uma das grandes diferenças entre as relações políticas do PCB e PCCh em seus cenários nacionais, evidencia-se na presença do Socialismo, como um ator relevante da esquerda chilena quando, ao contrário do Brasil, o PCB hegemonizou a esquerda, naquela conjuntura até os anos 1950, não tendo um contrabalanço teórico-estratégico de relevância nacional. No Chile da Frente Popular, a democracia defendida pelo Programa, teve interpretações distintas para cada partido:

Para o Partido Comunista, democracia era a defesa das reivindicações populares contra o inimigo comum: a oligarquia associada ao imperialismo. Para o Partido Socialista, a democracia era o espaço da liberdade para que o povo chileno, oprimido, explorado e pobre, pudesse lutar pelas transformações da sociedade. Por fim, para o Partido Radical, a democracia era encarada como o “justo meio”, isto é, a capacidade do governador de responder, gradativamente, às necessidades do povo; a democracia era a possibilidade de avançar e evitar excessos (AGGIO, 1999, p. 122).

⁴ Sendo assim, “em relação à esquerda, ainda que as consequências de sua participação nos governos de coalizão tenham sido prontamente avaliadas como negativas – e esta visão será predominante no seio da esquerda chilena até a década de 1970 –, pode-se dizer que em favor desta participação está o fato de que os partidos Comunista e Socialista não somente conseguiram assegurar o seu papel de representantes dos trabalhadores organizados, como também puderam aumentar suas bases e seu prestígio para, enfim, atuarem como forças proeminentes do processo político nacional, em condições de igualdade com os demais partidos” (AGGIO, 1999, p. 21).

Essa pluralidade fez com que o PCCh se adequasse e, principalmente, reformasse sua estratégia. Mas os limites desse reformismo se deram tanto em âmbito local como internacional, de acordo com as condições daquele período. Após a vitória de Aguirre Cerda, o PCCh rechaçou participar de algum posto ministerial, alegando que o Partido não desejava prejudicar o governo, a fim de evitar uma possível comparação com a formação de um regime comunista no Chile (CURCI, 2008, p. 69). Carmelo Furci, no entanto, alega um motivo mais complexo para o PCCh não ter participado do grupo ministerial:

O PC não desejava estar vinculado diretamente a um possível fracasso, devido à forte oposição dos *Conservadores* e *Liberales* no Parlamento. Em uma situação onde os poderes do Presidente estavam limitados pelo Parlamento, e onde a realização do programa da Frente Popular seria demasiado difícil, os comunistas preferiram permanecer fora do gabinete e, de fato, rapidamente apareceram as diferenças (2008, p. 69).

Em relação à sua posição global, seu novo discurso nacional e democrático articulou-se dialeticamente com um maior alinhamento junto à III Internacional. Tentou-se, durante esse período e o desenvolvimento posterior de tal concepção estratégica, compatibilizar o que evidentemente não era compatível (RIQUELME, 2009, p. 62). As contradições entre a linha bolchevique e a formalidade democrática, embora tenham se renovado e fincado raízes na cultura política do PCCh, aliadas às rivalidades entre Comunistas e Socialistas, que não demoraram a reacender, ilustraram a fragilidade dos acordos políticos de 1938, por parte da esquerda chilena. No início dos anos 1940, dadas as posições referentes à Segunda Guerra, quando os Comunistas seguiam os direcionamentos ziguezagueantes dos soviéticos e os Socialistas rechaçavam tal alinhamento, a aliança da Frente Popular, em relação às forças de esquerda que a compunham, havia se rompido. Os legados desse movimento aliancista teriam repercussões diferentes em cada Partido. No caso dos Comunistas, o frentismo balizaria sua estratégia por mais quatro décadas, embora tenha convivido em constante paradoxo junto a uma visão insurrecional, que ficaria em segundo plano, até 1973.

Portanto, o legado dessa aliança aportou-se em torno de três vetores que marcariam a cultura política do comunismo chileno: a transcendência da fórmula política da Frente Popular como “padrão de mobilização nacional e de modernização” (AGGIO, 1999, p. 41); a histórica rivalidade com o Socialismo; e, principalmente, o pragmatismo político-teórico referente à relação entre democracia político-institucional e seu horizonte revolucionário, que marcaria sua trajetória até 1973, quando a outra *alma* do PCCh assumirá o protagonismo estratégico.

Considerações Finais

Ao compararmos as estratégias dos partidos comunistas, brasileiro e chileno, na década de 1930, e suas ações nos processos políticos nacionais desse período, destacamos os elementos político-culturais dessas duas experiências que influíram, significativamente, na formação de suas culturas políticas comunistas. Segundo a Internacional Comunista, a partir de 1935, “Brasil e Chile, em virtude de sua posição estratégica, em relação ao Atlântico e ao Pacífico, passaram a ser vistos como países importantes para que se estimulasse a nova linha adotada pelo MCI” (AGGIO, 1999, p. 17). Em seu VII Congresso, ocorrido entre os meses de julho e agosto desse mesmo ano, diversos delegados latino-americanos tiveram a oportunidade de relatar suas realidades locais e suas políticas estratégicas frente a essas novas diretrizes. Curiosamente, dentre as explanações proferidas, um posicionamento do delegado chileno Carlos Contreras Labarca, codinome *Borkes*, chamou nossa atenção. Conforme sua intervenção, ocorrida em 11 de agosto de 1935, o PCCh

luchará por la transformación del bloque de izquierda en un amplio frente único antiimperialista, en una alianza de liberación nacional, sobre el modelo de la alianza formada en el Brasil, alianza que tenga por objeto la lucha por la liberación nacional y por las libertades democráticas (VII CONGRESO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA, 1984, p. 441).

No entanto, em nenhuma parte desse discurso encontra-se presente alguma oposição ou comparação com os elementos táticos da política chilena com a política brasileira (CABALLERO, 2006, p. 203). Tratar-se-ia, muito provavelmente, de uma questão referencial em torno das estratégias apresentadas no VII Congresso, pois como já dito anteriormente, ambos os Programas, tanto da ANL como da Frente Popular, abordavam a questão das “liberdades democráticas”. Todavia, essa colocação também ilustra a maneira como a questão democrática era pensada naquele momento, pois meses depois a ação comunista brasileira redundaria em uma insurreição de caráter militarista.

Sendo assim, as políticas definidas por esses dois Partidos não resultaram em estratégias similares, embora questões sociais, políticas e econômicas idênticas estivessem presentes nos dois Programas, tanto da ANL quanto da Frente Popular caracterizando, desse modo, a participação decisiva do MCI na formulação estratégica dos comunismos latino-americanos e a percepção dos comunistas nacionais acerca dos seus problemas internos. Desse modo, avaliamos que ambas as estratégias, vistas comparativamente,

auxiliaram, em conjunto com as diretrizes internacionais, na formação de tais culturas políticas. Em relação ao caso brasileiro:

Apesar de derrotada, a experiência aliancista configura uma *geração* e estabelece o padrão do que viria a ser a esquerda brasileira: em termos objetivos, um conglomerado de tendências e correntes afins cujo núcleo influente jamais chegou a se consolidar como expressão institucional e organizacional de massas; em termos subjetivos, a coexistência e o conflito, nunca resolvido, entre *duas almas*, ambas constitutivas de seu perfil intelectual e político: a *front populaire* e a golpista; em termos programáticos, a luta pela industrialização e pela ampliação do mercado interno como mediações necessárias para a democracia e o socialismo. [...] Da experiência aliancista saem os temas centrais, as categorias básicas e a impoção geral que darão vida à concepção de mundo que, consolidada teoricamente nos anos 50, será própria à esquerda brasileira (BRANDÃO, 1997, p. 152-153).

Ademais, o pêndulo da via insurrecional só cederia seu protagonismo à via político-institucional, a partir dos anos 1950, com a chamada primeira renovação comunista. Essa ação militarista (1935) marcou profundamente sua identidade: “O PCB foi o primeiro, e durante bastante tempo, o único partido comunista latino-americano a tentar uma insurreição armada” (BRANDÃO, 1997, p. 154). Essa transformação da estratégia do PCB só ocorreria em meados de 1950, quando uma crise de identidade, associada às denúncias contra o stalinismo, afetaria profundamente o imaginário de seus militantes, redundando em um longo movimento de dissidências, acompanhado por um outro longo processo de renovação político-estratégica, traduzido na nova relação comunista com a democracia, ao final do século XX.

Em relação à experiência frentista do comunismo chileno o resultado foi outro. Ao contrário do isolamento pós-1935, por parte do PCB, o processo de institucionalização da década de 1930 possibilitou ao PCCh alcançar uma influência no cenário político desproporcional ao seu tamanho eleitoral:

Essa tendência será constante e permanecerá vigente até 1973, sendo que sua influência será diretamente proporcional ao grau de solidez do sistema democrático, ao que sua vez queira suplantá-lo em nome de uma democracia superior. Manipular o sistema para desmantelá-lo ou desejar ganhar através da prática institucional? Este foi o dilema do marxismo antes de 1914 e de alguma maneira esteve presente em toda a esquerda marxista chilena ao longo da democracia clássica até 1973 (FERMANDOIS, 2013, p. 92).

O constante apoio dado a Frente Popular resultou em uma crescente participação do PCCh junto ao sistema político, quando os Comunistas ocuparam cadeiras ministeriais no governo de Juan Antonio Ríos, na década de 1940 (ARAYA, 2010, p. 23). Porém, após o final da Segunda Guerra Mundial, a partir de pressões estadunidenses e desconfiança de parte da sociedade chilena, o PCCh foi expulso do governo Videla e posto na ilegalidade,

em 1948. Embora essa traição tenha incidido numa grande perda de influência junto ao movimento operário, repercutindo, também, em um significativo movimento de dissidência, denominado *reinosismo*, o PCCh manteve as bases de sua linha estratégica. Sua renovação, no entanto, pautou-se no que viria a ser a sua nova proposta de frente aliancista nos anos 1950. A inversão desse caminho, contudo, ocorreria em outro contexto, ao comparáramos com a trajetória do PCB, quando, após o golpe de 1973, o pêndulo insurrecional adentrará a hegemonia estratégica do comunismo chileno como oposição armada ao regime de Pinochet.

LOS CAMINOS DE LA REVOLUCIÓN: UN ANÁLISIS COMPARATIVO ENTRE LAS ESTRATEGIAS COMUNISTAS DEL PCB Y DEL PCCH EN EL TIEMPO DE LOS "FRENTE POPULARES" (1930)

Resumen: Procuramos en este artículo comparar las estrategias políticas adoptadas por los dos partidos comunistas en América Latina, en el caso Partido Comunista do Brasil (PCB) y Partido Comunista de Chile (PCCh), tiendo como énfasis el periodo de formación de las Frentes Populares en los años 1930. La comparación entre esas izquierdas de estos dos países objetiva rescatar, en cuanto objeto de estudio y reflexión, el carácter heterodoxo de las estrategias comunistas en América Latina.

Palabras-clave: Comunismo. Frente Popular. Revolución.

Referências

Fontes

VII CONGRESO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA

FERREIRA LIMA, H. **Caminhos percorridos**. São Paulo: Brasiliense, 1982

LÖWY, M (Org.). **O Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

Bibliografia

AGGIO, A. **Frente popular, radicalismo e revolução passiva no Chile**. São Paulo (SP): Annablume: FAPESP, 1999.

BENAVIDES, L. **La formación de la izquierda chilena**. Relaciones entre el partido comunista y el partido socialista. – Los antecedentes históricos. Santiago: Documento de Trabajo – FLACSO-CHILE nº 389, 1988

BRANDÃO, G. M. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964**. São Paulo: Hucitec, 1997.

CABALLERO, M. **La Internacional Comunista y la revolución latinoamericana**. Caracas: Editorial Alfa, 2006.

DEL ROIO, M. **A Classe Operária na Revolução Burguesa: a política de alianças do PCB (1928-1935)**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930: historiografia e história**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

MILOS, P. **Frente Popular en Chile: su configuración (1935-1938)**. Santiago: LOM Ediciones, 2008.

MOULIAN, T. **Contradicciones del desarrollo político chileno (1920-1990)**. Santiago: LOM Ediciones, 2009.

PANDOLFI, D. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PINHEIRO, P. S., **Estratégias da Ilusão – a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

PONS, S. **A Revolução Global: a história do comunismo internacional (1917-1991)**. Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2014. 576 p.

RIQUELME, A. F. **Rojo atardecer: el comunismo chileno entre dictadura y democracia**. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, 2009.

RODRIGUES, L. M. O PCB: Os dirigentes e a organização. In: GOMES, A. M. de. C. [et. Al.] **História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano**. Vol. 10.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

TOSO, S. G. **Historia del Comunismo en Chile. La era de Recabarren (1912-1924)**. Santiago, LOM Ediciones, 2011.

VARAS, A (Org.). **El Partido Comunista en Chile: estudio multidisciplinario**. Santiago: CESOC-FLACSO, 1988.

VIANNA, L. W. **A Transição da Constituinte à Sucessão Presidencial**. Rio de Janeiro (RJ): Revan, p. 121-174, 1989.

ZAIDAN FILHO, M. **PCB (1922-1929): na busca das origens de um marxismo nacional**. São Paulo: Global, 1985.

SOBRE O AUTOR

Victor Augusto Ramos Missiato é doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); professor de história do Instituto Presbiteriano Mackenzie.

Recebido em 03/03/2018

Aceito em 07/05/2018